

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Ana Catarina Manso Oliveira Camelo, nº 21455



Projeto de Graduação:

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto 2013

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Ana Catarina Manso Oliveira Camelo, nº 21455

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciada em Criminologia, sob orientação da professora Doutora Ana Sacau.

Porto, 2013

Resumo:

O presente projeto de graduação tem como objetivo fulcral a elaboração de uma investigação que pretende aprofundar conhecimentos relativos à relação entre a psicopatia e a reincidência criminal em jovens institucionalizados em centros educativos. Deste modo, divide-se em duas partes distintas, primeiramente possui uma revisão da literatura sobre o fenómeno da delinquência juvenil e as teorias explicativas em torno deste conceito, a resposta legal do respetivo fenómeno (Lei Tutelar Educativa) e simultaneamente ambiciona-se compreender quais os fatores preditivos da reincidência e o fenómeno da psicopatia.

Numa segunda parte, encontra-se planificado um projeto de intervenção com o intuito de verificar se os menores institucionalizados apresentam características psicopatas que predisponham a adoção de comportamentos desviantes reincidentes, assim como os fatores a que estes estão expostos diariamente, quer em contexto exterior quer em contexto institucional. Os resultados obtidos após a conclusão deste estudo permitirão identificar as características individuais de cada jovem e a partir daí concluir quais os que apresentam uma maior probabilidade de reincidência no futuro. Uma vez que são escassos as investigações elaboradas neste âmbito, nomeadamente em Portugal, verifica-se uma necessidade de desenvolver mais estudos neste contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Delinquência Juvenil; Institucionalização; Psicopatia; Reincidência criminal.

Abstract:

This graduation project aims at developing a core research that aims to deepen knowledge about the relationship between psychopathy and criminal recidivism in youngsters institutionalized in educational centers. In this way, is divided into two distinct parts, first have a review of the literature on juvenile delinquency and explanatory theories around this concept, the legal response of the respective phenomenon (Educational Guardianship Law) and simultaneously aims to understand which factors predictive of recidivism and the phenomenon of psychopathy .

In a second part, there is planned an intervention project in order to verify that minors institutionalized psychopaths have characteristics that predispose the adoption of deviant behavior repeat offenders, as well as factors that they are exposed to daily , either in context or in foreign institutional context . The results obtained after the completion of this study will identify the individual characteristics of each young person and from there to conclude which ones are more likely to recur in the future. Since there are few investigations prepared in this context, notably in Portugal, there is a need for further studies in this context.

KEY WORDS: Juvenile Delinquency; Institutionalization; Psycopathy; Criminal Recidivism.

Agradecimentos

Uma vez concluído o presente projeto de graduação gostaria de apresentar a minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram, de uma forma direta ou indireta, para a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, por todo o esforço, amor e carinho transmitidos durante a minha vida e particularmente ao longo do meu percurso acadêmico.

À minha família, por todo o apoio e ternura que manifestaram ao longo da minha vida.

À minha orientadora de faculdade, Dra. Ana Sacau, por todas as sugestões, paciência e por toda a disponibilidade que demonstrou.

À minha supervisora de estágio, Dra. Vânia Rocha, por toda a simpatia, ajuda e carinho com que sempre me recebeu.

Aos meus amigos, manifesto uma sincera gratidão por estarem sempre comigo, mesmo nos momentos mais difíceis.

A todas as pessoas que se cruzaram no meu caminho, nomeadamente na Faculdade, agradeço por todo o apoio e momentos partilhados ao longo destes últimos anos.

OBRIGADA!

Índice:

Introdução	1
Parte I: Revisão Teórica	3
I. Conceitos e perspectivas sobre a Delinquência Juvenil	4
II. Teorias Explicativas da Delinquência Juvenil	6
i. Teoria da Anomia	6
ii. Teoria da Rotulagem	7
iii. Teoria do laço social de Hirshi	8
iv. Teoria da Associação Diferencial	9
III. Lei Tutelar Educativa	11
IV. Fatores de risco da Reincidência	14
V. Psicopatia	17
Parte II : Estudo Empírico	22
I. Objetivos	23
II. Método	24
III. Amostra	24
IV. Instrumentos	25
V. Procedimento	28
VI. Resultados Esperados	29
Conclusão	31
Bibliografia	
Anexos	

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1: Pedido de autorização aos responsáveis dos Centros Educativos do Porto e Vila do Conde

ANEXO 2: Pedido de autorização aos familiares do jovem institucionalizado

ANEXO 3: Questionário direcionado aos jovens institucionalizados

Introdução

O presente projeto de graduação tem como objetivo principal a elaboração de uma investigação com o intuito de relacionar a psicopatia com a reincidência de menores institucionalizados em centros educativos, nomeadamente de idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. É de referir que a parte empírica deste estudo prevê a utilização de instrumentos como: adaptação de uma entrevista semiestruturada direcionada aos jovens (Quintãns, 2009), a aplicação da escala de Hare (Hare Psychopathy Checklist: Youth Version; PCL:YV,2003) versão para jovens, Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne versão curta (MCSDS-SF; Ballard, 1992), como forma de suporte à entrevista e inventário de Hare.

Uma vez que não existem muitas investigações elaborados no âmbito da reincidência da delinquência juvenil, tornou-se pertinente a escolha deste tema, pois permitirá um maior conhecimento e esclarecimento mais conciso sobre esta matéria. Também o contato direto que mantive frequentemente com jovens durante o meu estágio curricular que decorreu na Associação de Solidariedade Social da Madalena, foi um fator impulsionador para o desenvolvimento deste estudo.

Todos os saberes adquiridos ao longo do curso de Criminologia, assim como a pesquisa bibliográfica efetuada aquando a realização deste projeto, permitiram uma maior elucidação sobre cada conceito inerente ao tema anteriormente referido. Pretende-se com este estudo aprofundar conhecimentos referentes à delinquência juvenil, ao fenómeno da reincidência e ao processo tutelar educativo. Esta parte mais teórica serviu como base para o desenvolvimento mais específico do estudo sobre a reincidência em jovens institucionalizados.

Relativamente ao plano de elaboração do projeto de investigação é de notar que foi utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa. A opção pelo método quantitativo baseia-se na necessidade de comparação das componentes sociodemográficas com os resultados que serão obtidos através da entrevista e do inventário de Hare. Por outro lado, a abordagem qualitativa torna-se também pertinente como complemento do primeiro método, de forma a complementar os dados recolhidos através da primeira opção.

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

No que se refere à estrutura do presente trabalho, este divide-se em duas partes, sendo que a primeira parte diz respeito à pesquisa bibliográfica e divide-se em dois capítulos: o primeiro capítulo refere-se à revisão da literatura referente ao conceito, à problemática e a algumas teorias da delinquência juvenil, e à resposta legal a esta problemática (LTE). Por sua vez, o segundo capítulo diz respeito ao estudo empírico, que inclui o planeamento e a pertinência do estudo, os objetivos, a metodologia, a amostra, os instrumentos e a sua aplicação, a descrição das tarefas a desenvolver e os resultados esperados.

PARTE I: REVISÃO TEÓRICA

I. Conceitos e perspectivas sobre a Delinquência Juvenil

O fenômeno da delinquência juvenil é, cada vez mais, um motivo de preocupação no seio da sociedade em geral. Esta problemática ganhou uma maior ênfase a partir do séc. XIX, e até à data vários têm sido os estudos elaborados neste âmbito. Este tema denota uma especial atenção por parte de vários investigadores, nomeadamente das áreas da Criminologia, do Direito, da Sociologia e da Psicologia. Devido às variadas teorias e explicações formuladas em torno do conceito da delinquência juvenil torna-se difícil, ou mesmo impossível, dar uma definição precisa e homogénea relativa a este tema. Para Negreiros (2001), o fenómeno da delinquência adotado por jovens é uma evidência cada vez mais perceptível na comunidade, e apesar de serem muitos os jovens que adotam condutas anti sociais, poucos são os que desenvolvem uma carreira criminosa no futuro.

O termo delinquência e adolescência estão intrinsecamente relacionados pois, é nesta fase, que os indivíduos mais adotam condutas anti sociais, que poderão fomentar uma predisposição para o crime numa etapa posterior. A adolescência trata-se de um fenómeno que se caracteriza pela fase de transição da infância para a vida adulta, onde ocorrem variadas modificações de ordem biológica, cognitiva, psicológica e social (Pinto,2003). É também nesta fase, que ocorre a formação de uma identidade própria, onde o jovem se torna uma figura independente e responsável por todas as suas ações. O contexto familiar, da escola e de saúde vão exercer uma influência imprescindível no desenvolvimento do jovem, uma vez que é na adolescência que se verifica o desprendimento às suas referências primárias. Todas estas transformações e esta separação que ocorre nesta fase de vida do individuo, poderão deixá-lo inseguro, uma vez que perde parte da sua proteção. Estas referidas mudanças podem provocar ainda, no jovem, um misto de sentimentos e emoções. Por um lado, podem despertar sentimentos de alegria de prazer e satisfação, mas por outro podem incitar a uma tristeza, melancolia, revolta e exaltação, que poderão ditar algumas das suas ações nesta fase, que se tornam difíceis de controlar. (Corrêa,2002). Todas estas modificações podem despoletar determinadas tendências agressivas.

Segundo Moffitt (1993) um indivíduo pode ingressar no mundo da criminalidade em diversas idades, contudo é na infância e na adolescência que os comportamentos agressivos se tornam mais evidentes.

A delinquência juvenil pode ser considerada como uma consequência da incapacidade da família e da escola em responderem acertadamente a todas as necessidades de uma criança e por não em prática todos os deveres que lhes estão atribuídos. A falta de supervisão e de exploração no desenvolvimento do jovem vão contribuir para a adoção de certos comportamentos que, aos olhos da sociedade, representam o oposto daquilo que é considerado aceitável. O fracasso na intervenção das estruturas primárias supra referidas, poderão despoletar no jovem comportamentos desviantes e, por conseguinte, obriga-los a um confronto com outras entidades de controlo social (Ferreira,1997).

As condutas antissociais adotadas por menores referem-se a comportamentos como o furto, o vandalismo, as agressões, a mentira frequente e o absentismo escolar, que embora se caracterizem diferencialmente podem ser consideradas como um conjunto, uma vez que estão, quase sempre, associadas (Kazdin e Buela-Casal,2001).

Segundo Born (2005) a delinquência não tem uma definição concreta pois não há nenhuma teoria que a explique na sua totalidade. Sendo um tema vasto, poderá ser caracterizada de diversas formas e sob variados pontos de vista, nomeadamente, sociológico, clínico, criminológico e legal. Sendo que, na vertente sociológica, se inserem as condutas antissociais.

Deste modo, torna-se crucial fazer uma distinção sobre os comportamentos anti sociais e o comportamento delinquente. No primeiro caso, as condutas antissociais remetem-nos para todos os comportamentos que desobedecem às regras impostas numa sociedade, não sendo necessariamente ilícitos. E a conduta delinquente, por sua vez, caracteriza-se por todos os atos que estão tipificados na lei penal como crime.

II. Teorias Explicativas da Delinquência Juvenil

Como referido anteriormente, a partir do séc. XIX foram várias as teorias formuladas em torno da delinquência juvenil que pretendiam clarificar todo o fenómeno da delinquência e todas as condutas antissociais adotadas pela faixa etária mais jovem.

Uma vez que todas têm o intuito de explicar o porquê da ocorrência de determinados comportamentos desviantes, afigura-se pertinente aclarar algumas delas. Neste presente projeto, que aborda essencialmente a questão da delinquência juvenil, foram aprofundadas quatro teorias de autores que assumiram um marco fulcral relativo a este tema.

i. Teoria da Anomia

Como vem sido referido, têm sido formuladas diversas teorias em prol dos comportamentos criminais. Os trabalhos elaborados por Durkheim foram um marco fulcral para que a sociologia começasse a aprofundar um conhecimento mais conciso sobre a matéria criminal e os comportamentos desviantes. Desta forma, torna-se imprescindível ressaltar a teoria formulada por este autor, que posteriormente foi restruturada por Merton, e que apresenta uma importante relação com a delinquência juvenil.

Segundo Durkheim, a coesão existente numa sociedade poderá ser definida através de termos como ‘anomia’ e ‘densidade moral’. Enquanto a ‘densidade moral’ diz respeito a todas as normas e laços sociais vigentes numa sociedade, a ‘anomia’ representa exatamente o oposto, caracterizando-se pela crise, pela perda de valores e conseqüente desmoronamento das regras incutidas na sociedade em geral, que são conseqüência de todas as alterações sociais (Durkheim, cit in Cusson 2002). Durkheim faz referência ao vínculo social, uma vez que é esta componente que une os indivíduos entre si e que os liga a uma coletividade, designada como sociedade.

De acordo com Durkheim, a redução da ‘densidade moral’ e o conseqüente aumento da ‘anomia’, são fatores que contribuíram para o aparecimento de determinados distúrbios mentais e patologias nos indivíduos.

Nas sociedades mais tradicionais era possível verificar um equilíbrio, uma vez que o poder moral tinha a capacidade de disciplinar as ações de cada indivíduo. Contudo, na sociedade mais moderna, todos estes poderes foram afetados por uma crise que resultaram numa dificuldade em atingir um bem-estar na totalidade (Gomes, cit in Garcia-Pablos, 2000). Contrariamente com o que ocorre na atualidade, em tempos passados, os indivíduos partilhavam as mesmas motivações, as mesmas regras, vontades e normas

vigentes. Neste tempo, a consciência coletiva sobrepunha-se, de todo, à consciência individual.

No entanto, segundo Durkheim, após a industrialização das cidades, houve uma divisão da sociedade, sobretudo no âmbito do trabalho. Deste fato, resultaram notórias mudanças quer a nível das funções de cada um, quer a nível da consciência individual. Posto isto é possível apurar que nas sociedades mais modernas assistiu-se a um declínio da consciência coletiva e a uma posterior diferenciação e fraca coesão social, que poderiam justificar a adesão a determinados comportamentos transgressores.

Apoiado nos trabalhos de Durkheim, Merton vem reformular a teoria da anomia, convertendo-a em teoria da criminalidade, para explicação de determinados comportamentos desviantes (Hassemer,2005). Para Merton, a anomia não se caracteriza apenas pela destruturação das normas e regras vigentes, mas pela consequência que essa crise representa na sociedade, uma vez que os meios socio estruturais existentes não são capazes de satisfazer as necessidades de todos os indivíduos. Deste modo, os indivíduos mais desfavorecidos e com uma maior dificuldade na obtenção de valores socio económicos, poderão envergar por o meio criminal, de forma a obter as mesmas condições do que a classe mais alta. Este enorme contraste entre os indivíduos, a fome e a miséria contribuem para a perda de certos valores morais e para um crescente estado de anomia.

ii. Teoria da Rotulagem

De acordo com a teoria da rotulagem o envolvimento no mundo criminal surge como resultado de um rótulo, imposto pelas estruturas de controlo formal e informal, a determinados indivíduos. Sendo que, os indivíduos mais desfavorecidos são, em regra, os mais vitimizados por estas instâncias de controlo.

Segundo esta teoria formulada por Howard Becker, os desvios às regras e normas são resultado de todas as interações estabelecidas entre os indivíduos com comportamentos desviantes e aqueles que não adotam esse tipo de comportamentos. Assim, nenhum comportamento é desviante, até ser definido como tal.

De acordo com Hess (2010) os indivíduos que adotam comportamentos delinquentes têm a plena consciência de todos os rótulos que a sociedade lhes atribui. A teoria da rotulagem sustenta que determinados menores que adotam comportamentos ‘não aceitáveis’ aos olhos da sociedade, vão ser estigmatizados pela mesma, levando-os a desenvolverem uma auto imagem negativa.

Todo este ciclo envolve um processo de reavaliação do seu auto conceito, no qual o ator do comportamento criminal interioriza efetivamente que é um criminoso e por isso se envolve no mundo do crime. Muitas das vezes, estes indivíduos associam-se a pares desviantes o que predispõe a amplificação da gravidade dos seus atos (Akers & Sellers,2009).

iii. Teoria do laço social de Hirshi

Em 1969, Hirshi publicou o primeiro livro intitulado como Causes of delinquency, onde abordou concretamente diversas explicações sobre o fenómeno da delinquência juvenil e o crime. Este autor desenvolveu a teoria do vinculo social que, segundo Siegel (2012) é a teoria melhor formulada para dar uma explicação sobre todos os comportamentos desviantes adotados essencialmente pela faixa etária mais jovem. Embora as diversas críticas de que esta referida teoria foi alvo, continua a ser dotada de grande popularidade e a influenciar teorias posteriormente formuladas relacionadas com o crime e a delinquência.

Segundo Born (2005) a teoria social do laço de Hirshi torna-se fulcral na explicação de comportamentos desviantes adotados pelos mais jovens. De acordo com este autor, a inexistência de vinculações, especialmente por parte dos pais e do grupo de pares poderá levar a uma predisposição do individuo para o envolvimento no mundo criminal.

Para Hirshi (2002) a vinculação diz respeito a todos os laços criados desde a infância, nomeadamente com os pais. A vinculação com qualquer entidade, torna-se mais forte, quanto maior for a utilidade que o individuo dê à opinião de outrem. Este autor defende que qualquer indivíduo pode ser desviante, contudo, e derivado a vários fatores,

como os laços sociais e a submissão às normas vigentes, poderão levá-lo a uma repulsa pelo comportamento desviante e por esse motivo não se envolver no mundo criminal.

Quanto mais favorecidos forem os laços criados com a família e o grupo de pares ao longo da infância e da adolescência do indivíduo, menor se torna a probabilidade do mesmo enveredar pelo caminho do crime.

Assim sendo, segundo Hirshi, para compreender o fenómeno criminal não há a necessidade de se recorrer às características intrínsecas no indivíduo (v.g, motivações para o crime, comportamentos transgressores, psicopatologia), mas sim à ausência de vínculos sociais, que poderão levar os indivíduos a considerar que os benefícios das transgressões se sobrepõem a qualquer norma convencional.

iv. Teoria da Aprendizagem ou Teoria da Associação Diferencial

Segundo esta teoria, todos os comportamentos humanos, nomeadamente os delinquentes, são maleáveis e variam de acordo com a situação. A delinquência surge através de um misto de fatores sociais em que o indivíduo pode adotar condutas normalizadas e outras condutas transgressoras durante as diferentes etapas da sua vida. Esta teoria defende que a delinquência não é herdada nem natural, mas sim o resultado de uma aprendizagem praticada através da interação com os demais indivíduos.

A teoria da Associação diferencial foi proposta por Edwin Sutherland, um dos sociólogos mais influentes no mundo da criminologia. Segundo este autor, todos os fatores e processos que estão na base da adoção dos comportamentos criminais, são os mesmos que desenvolvem o comportamento legítimo.

Segundo Siegel (2012) a base desta teoria remete-nos para um processo de aprendizagem, onde a conduta criminal é algo que se aprende. O envolvimento no mundo do crime deve-se não só aos impulsos e motivações individuais mas, essencialmente, ao ambiente em que o indivíduo está inserido. Quanto mais desfavorável for esse mesmo ambiente, maior será a propensão para a adoção de comportamentos delinquentes.

Para Sutherland et al. (1992), uma criança sociável, comunicativa e enérgica, que coabite num ambiente em que se verifique um alto índice de delinquência, ostenta

uma maior probabilidade de se relacionar com crianças desse mesmo local, assimilar modelos de comportamento criminal com elas e conseqüentemente tornar-se ela própria uma delinquente. No entanto, outra criança que se depare com as mesmas condições poderá tornar-se numa criança ágil e independente e não enveredar pelos caminhos desviantes. Por outro lado, uma criança desajustada emocionalmente ao seu meio, que seja muito pouco extrovertida e pouco enérgica, pode refugiar-se durante mais tempo em casa, não se relacionar com outras crianças e por esse motivo não desenvolverá comportamentos criminosos.

A teoria da associação diferencial foi posteriormente reformulada por Akers que se centraliza na imitação através do processo de observação. Assim, sem um indivíduo observa um comportamento desviante e verifica o efetivo êxito do mesmo, tende a imitá-lo e posteriormente incuti-lo no seu dia-a-dia (Akers,1997).

III. Resposta legal: Lei tutelar educativa

As condutas anti normativas adotadas por os jovens, principalmente na etapa de transição para a vida adulta, poderão leva-los a um confronto direto com o sistema jurídico.

Segundo Ferreira (1997) a fraca vinculação a algumas entidades como a família, a escola e o grupo de pares, poderão levar o jovem pelo caminho da delinquência, o que acarreta a necessidade de intervenção do sistema penal juvenil, que tem como objetivo a educação e a reinserção favorável do jovem na sociedade.

Ainda segundo este autor (Ferreira,2007), para a minimização do fenómeno da delinquência juvenil torna-se imprescindível a intervenção de diversas equipas multidisciplinares que tenham como objetivo inicial a prevenção e educação do menor. É sempre necessário apurar quais as necessidades e interesses dos jovens para facilitar a resposta legal às questões relacionadas com a criminalidade.

É de notar que a justiça penal juvenil é constituída por dois modelos de intervenção: o modelo de proteção e o modelo de justiça. Relativamente ao primeiro caso, a criança não tem responsabilidade por os seus atos e todos os seus comportamentos são justificáveis devido a vários fatores de nível familiar, económico e físico. Neste caso, a criança não deve sofrer nenhum tipo de punição mas sim padecer de certas proteções das quais foi limitado desde precoce idade.

No segundo caso em concreto, o modelo de justiça focaliza-se apenas no ato praticado pelo menor e não nas necessidades de que este padece. A pena aplicada a qualquer jovem deve ser proporcional ao comportamento cometido pelo mesmo.

Este modelo dualista supra referido foi alvo de diversas críticas e por isso, afigurou-se necessário a revogação da lei penal juvenil, de forma a não ser um modelo exclusivamente de origem punitiva.

“A LTE, é sabido, não surge na sequência de um ato isolado do legislador mas ligada a uma vontade de mudança baseada em diversas orientações internacionais. Como instrumento vivo que é, deve continuar a beber e receber inspiração nessas fontes, que ajudam a construir o modelo português de justiça juvenil” (Barbosa e Silva, 2013).

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

A lei tutelar educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) aplica-se a crianças e jovens com condutas delinquentes, visando a sua educação para o direito e a sua interiorização dos valores essenciais para uma vida normalizada na sociedade.

Segundo Souto de Moura (2000) esta lei tutelar tem como objetivo a prevenção de determinadas condutas infratoras, assim como proteger, de certa forma, a sociedade, criando condições favoráveis para a inserção dos jovens de forma positiva e de acordo com as regras impostas, evitando o seu envolvimento futuro na delinquência.

O limite etário de inimputabilidade referido na LTE é estabelecido aos dezasseis anos, sendo que a intervenção mínima poderá ser feita em menores a partir dos doze anos de idade. Se a criança praticar atos qualificados com menos de doze anos considera-se imatura psicologicamente e por há a necessidade de abertura de um processo de promoção e proteção (Barbosa e Silva,2013).

A prática de um fato tipificado na lei como crime predispõe a aplicação da Lei Tutelar Educativa que apresenta variadas semelhanças com o sistema penal. Este modelo de justiça, contrariamente ao anterior, não visa apenas a punição do jovem mas sim a sua educação para o direito, através da análise da sua personalidade e das suas necessidades e interesses.

Considera-se imprescindível garantir as condições necessárias para a proteção do menor e para a adequação da aplicação da medida tutelar educativa que vise a sua educação e posterior ressocialização na sociedade.

Uma vez que o fenómeno da delinquência juvenil não é uma novidade no nosso país, a LTE surge como uma forma de ressalva dos direitos dos mais jovens (Barbosa e Silva,2013).

É ao tribunal de menores que compete a aplicação de qualquer medida tutelar, sendo também o responsável pela sua proporcionalidade ao ato e pelo acompanhamento do desenvolvimento do menor.

Relativamente as medidas tutelares, integradas na Lei tutelar educativa podem ser de natureza institucional ou não institucional. Como está previsto no art 4º da lei supra referida, é possível apurar que a admoestação, a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para os conduzir, a reparação do ofendido, a

realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, a imposição de regras de conduta, a imposição de obrigações, a frequência de programas formativos e o acompanhamento educativo constituem as medidas não institucionais pertencentes a este sistema penal juvenil.

Apesar do presente projeto de graduação se debruçar essencialmente nas leis institucionais, previstas ainda neste mesmo artigo, tornou-se importante fazer referência a todas as outras. No que diz respeito ao critério da escolha das medidas e da duração das mesmas a lei afigura-se bastante clara. "Na escolha da medida tutelar aplicável o tribunal dá preferência, de entre as que se mostrem adequadas e suficientes, à medida que represente menor intervenção na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e que seja suscetível de obter a sua maior adesão e a adesão de seus pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto" (Art 6.º, nº1, da LTE).

No que diz respeito à determinação da duração da medida, há que ter em conta a necessidade de educação do menor para o direito e o fato tipificado na lei cometido pelo mesmo, sendo que as medidas tutelares devem ser sempre proporcionais à gravidade do ato. No caso de medida de internamento em centro educativo, a duração não poderá exceder o limite máximo previsto na lei adequado ao facto praticado (Art 7.º, nº1 e nº 2, da LTE).

As medidas tutelares educativas institucionais ocupam um foco crucial na elaboração do presente projeto de graduação uma vez que toda a amostra referente à investigação se baseia num conjunto específico de jovens institucionalizados em centros educativos. Contrariamente às demais medidas tutelares, as medidas institucionais são executadas em entidades próprias (centros educativos) e podem ser divididas em três regimes distintos: aberto, semiaberto e fechado.

Sendo a última das medidas tutelares, é apenas aplicada em *ultima ratio*, ou seja, se for extremamente necessária e se qualquer outra não se puder aplicar. Por outro lado, considera-se a mais gravosa pois é a medida que tem maior intervenção na autonomia e desenvolvimento do jovem.

Esta medida aplica-se nos casos em que todas as outras medidas não institucionais não sejam suficientes para uma efetiva correção do menor, havendo a necessidade de um afastamento temporário do mesmo do seu seio familiar e social.

Como previsto na alínea) 2 do art17.º da LTE “A medida de internamento em regime aberto, em regime semiaberto e em regime fechado é executada em centro educativo classificado com o correspondente regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior.”

A lei prevê que nas medidas não institucionais haja a elaboração de um relatório que auxilie o legislador no conhecimento da personalidade do menor e da sua situação económica, familiar e escolar (art 71.ºLTE).

IV. Fatores de Risco da Reincidência

É bastante evidente, nos dias de hoje, a percepção de que cada vez mais são os jovens que adotam o caminho da delinquência, muitos deles de forma reiterada. É com grande frequência que os meios de comunicação relatam fatos diários de infrações cometidas por jovens como o vandalismo, o furto, as rixas em contexto escolar, envolvimento no mundo das drogas, etc.

Uma vez que todo o individuo é um ser individual, pode apresentar características próprias (nomeadamente psicológicas), e estar inserido num meio onde os fatores sociais, familiares e culturais poderão predispor o envolvimento do mesmo em condutas antissociais.

De acordo com alguns estudos, existe um grande número de indivíduos criminosos que adotam uma conduta delinvente numa precoce idade, apresentando uma maior probabilidade de reincidência no futuro. As investigações neste âmbito, evidenciam que os indivíduos reincidentes são os responsáveis pela taxa de crimes mais gravosos (Gonçalves, 1999).

Desta forma, Lykken (1995) refere que os indivíduos reincidentes pertencem à classe dos psicopatas e caracterizam-se pela adoção de comportamentos delinquentes mais precocemente. Segundo o referido autor, a explicação da reincidência criminal faz-se através de três fatores cruciais: comportamento individual, meio ambiente e mente.

É então, através da conjugação destas três variáveis, que surgem os estudos e investigações neuro psicológicas e psicofisiológicas que definem que os indivíduos reincidentes apresentam dissemelhanças ao nível psicológico e social, comparativamente com todos os outros indivíduos da sociedade em geral (Gonçalves,1999).

A maioria das teorias relativas ao fenómeno criminal designam que são as oportunidades individuais que surgem em torno do individuo que vão propiciar uma motivação para o crime (Goodman, 1997).

Para compreender a reincidência criminal e o agente reincidente é necessário compreender na totalidade o fenómeno complexo do ato de transgredir. Primeiramente, é necessário conhecer as disciplinas científicas que estudam o individuo como um ser individual e o seu meio envolvente, de forma a compreender o comportamento criminal, e depois é necessário perceber a influência que estas provocam na lógica interativa do individuo, ou seja, a vertente biopsicossocial (Barbosa et al. 2012)

Um dos estudos mais influentes elaborados sobre o fenómeno da reincidência criminal foi elaborado em 1942 em Filadélfia (Wolfgang,1987) Análises posteriores a esta investigação definiram que os jovens delinquentes poderiam ser categorizados de três formas distintas: aqueles que apenas cometiam um único crime (one time offenders), os que reincidiam mas não de forma frequente nem crónica (non-chronic recidivism offenders) e os que reincidiam de forma repetida ou crónica (chronic recidivism offenders). Sendo que os ‘crónicos’ são os responsáveis pelas taxas de criminalidade mais gravosa, como é o caso de crimes como o homicídio, violações e roubos.

Posto isto, Moffit (1993) desenvolveu uma teoria que comparava o tipo de ofensores com a sua trajetória criminal. Segundo esta autora o comportamento antissocial emerge de acordo com dois percursos distintos: um que se mantém ao longo da vida do delinvente, que começa a sua carreira criminal muito prematuramente, intitulado-se de delinquentes ‘crónicos’; e o outro diz respeito aos delinquentes limitados pela adolescência, ou seja, aqueles que se envolvem no comportamento criminal mas só durante esta fase, pois por volta dos 16/17 anos esses comportamentos diminuem de forma muito significativa.

É possível aferir que os fatores de risco para a delinquência nos jovens poderão apresentar determinadas semelhanças com os fatores preditivos de reincidência nesta

faixa etária. Desta forma foram vários os autores que evidenciaram diversas perspectivas sobre os fatores intrínsecos à predisposição da delinquência nos jovens.

No que concerne ao comportamento individual, verifica-se que determinadas características como o temperamento, a agressividade, a baixa autoestima e isolamento podem ser fatores preditores para o envolvimento por parte do indivíduo no mundo criminal (Buela-Casal e Kazdin,2001)

Relativamente ao meio envolvente do indivíduo, os vínculos com a família e com outras entidades sociais são cruciais no seu desenvolvimento. Quando há uma destruturação na vinculação, nomeadamente com os progenitores, o jovem sofre lacunas nos seus processos de socialização e na interiorização das normas pelas quais terá de se reger durante a sua vida. Em muitos casos, as normas impostas por uma família são contrárias àquelas que estão vigentes na sociedade e por esse motivo, poderão estar inerentes a alguns comportamentos como o tráfico, o alcoolismo, os furtos, roubos, maus tratos e violência doméstica (Buela-Casal e Kazdin,2001).

A associação a grupos de pares desviantes, o absentismo escolar e as dificuldades a nível cognitivo são outros dos fatores de risco para a delinquência.

A delinquência juvenil é, segundo Matos (2002), um problema de foro psiquiátrico. Sendo o primordial fator para a verificação de reincidência de comportamentos antissociais nos jovens.

Todas as variáveis supracitadas que constituem fatores de risco para um envolvimento do menor na delinquência, e quando continuados, poderão ser também fatores para a reincidência de variados comportamentos criminais adotados pelos mesmos.

Segundo dados estatísticos da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP,2013) cerca de 280 jovens estavam internados em centros educativos no mês de Abril de 2013, verificando-se um acréscimo de sete por cento desde o início do mesmo ano, sendo que 26 eram raparigas e 254 eram rapazes, estando a maioria (67%) a cumprir medida tutelar por crimes contra o património.

Ainda segundo dados estatísticos desta fonte, porém do ano de 2011, cerca de quarenta e oito por cento dos jovens reincidiram após a sua institucionalização em centro educativo.

O contato continuado com fatores externos prejudiciais para o desenvolvimento favorável do jovem, após a sua institucionalização, constituem um risco elevado para uma reincidência dos mesmos em condutas antissociais.

V. Psicopatia

Apesar de muitos jovens adotarem esporadicamente condutas antissociais numa idade muito precoce, poucos são os que adotam uma carreira criminal grave e persistente.

Até há pouco tempo, o estudo da psicopatia em crianças e adolescentes, era um tema praticamente ignorado pelos estudiosos das diversas áreas (Verona & Vitale, 2006), o que remete para uma necessidade de se proceder à sua investigação.

Apesar de diversos investigadores terem modificado o constructo da psicopatia em homens adultos de forma a adaptá-lo e a desenvolver instrumentos de avaliação apropriados a outras populações, a adaptação do constructo da psicopatia a menores de idade permanece bastante controversa (Seagrave & Grisso, 2002).

As teorizações e operacionalizações atuais sobre psicopatia derivam, na sua maioria, da obra de Herbert Cleckley (1976) *The Mask of Sanity*, originalmente publicada em 1941. A referida obra retrata os psicopatas como indivíduos profundamente perturbados nas suas relações com os outros e com a sociedade, contudo camuflados com uma máscara que demonstra uma aparente sanidade. A definição da psicopatia proposta por Cleckley teve um profundo impacto ao chamar a atenção para o forte valor preditivo do comportamento antissocial, e particularmente para as suas relações com os comportamentos violentos, impulsivos e agressivos em adultos (Hare, Clark, Grann & Thornton, 2000).

Posteriormente a esta investigação, Robert Hare em 1991, dedicou-se a uma análise dos estudos propostos anteriormente por Cleckley e elaborou uma escala denominada como Hare's Psychopathy Checklist Revised-PCL-R, que permitisse a deteção de elementos característicos em indivíduos com perturbação psicopata. Ainda,

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

para este autor, a avaliação da Psicopatia baseia-se maioritariamente em fatores comportamentais, emocionais e individuais. Hare (1999) definiu os psicopatas como seres arrogantes, manipuladores, mentirosos e desrespeitosos, apontando-os como os responsáveis pelos crimes mais gravesos.

Uma vez que o presente projeto de graduação se baseia essencialmente na presença de características psicopatas em menores institucionalizados, torna-se fulcral desenvolver primeiramente este tema a um nível mais clínico e seguidamente fazer uma relação destes fatores com a delinquência juvenil.

Para Pires (2003), a psicopatologia pode ser definida como a área que estuda as desordens mentais num indivíduo. É considerada uma ciência interdisciplinar, uma vez que engloba profissionais das mais variadas áreas.

Ainda, segundo este autor, afigura-se necessário fazer uma distinção dos indivíduos considerados ‘normais’ e dos que apresentam qualquer tipo de patologia. Face a isto, desenvolveu alguns critérios que justificassem esta notória diferença. São eles: a frequência estatística, a violação das normas, o relato do sofrimento pessoal, a disfunção ou distúrbios resultantes da existência de psicopatologia subjacente e os comportamentos inesperados.

As perturbações mentais podem classificar-se de acordo com três categorias: as psicoses, as neuroses e as psicopatias. No primeiro caso, as psicoses, referem-se à perda de contacto, por parte do indivíduo, com a realidade. Este, não demonstra uma consciência do seu transtorno, o que dificulta a deteção dos sintomas característicos desta perturbação. No caso das neuroses, o indivíduo apresenta uma maior consciência do seu transtorno mental e das suas destruturações a nível da personalidade. Por fim, as psicopatias são caracterizadas pela desadaptação social do indivíduo e pelas anomalias que o mesmo apresenta a nível comportamental. Dado que as psicopatias correspondem a perturbações com um grau elevado de desorganização, poderão conter elementos que predisponham o desenvolvimento de outras psicopatologias, como é o caso das referidas anteriormente (Da Fonseca, 1997).

Segundo a literatura referente a este fenómeno, é na fase da infância e da adolescência que se verifica um maior desenvolvimento nas aptidões cognitivas e na autonomia do jovem. O desenvolvimento cerebral ocorrente ao longo desta fase, poderá

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

influenciar diretamente o desempenho de todas as suas funções intelectuais, assim como é responsável pela tomada de decisões e pelo controle de todas as ações do indivíduo.

Afigura-se importante fazer uma diferenciação entre os termos de psicopatia e os traços psicopáticos. Sendo que a psicopatia é caracterizada como uma síndrome que engloba um conjunto de fatores extremos a nível interpessoal, comportamental e afetivo, que se mantém ao longo da vida. Os sujeitos com estas características apresentam uma maior predisposição para comportamentos violentos com mais frequência.

Os traços psicopáticos, por sua vez, são definidos como sintomas ou comportamentos individuais, que se manifestam de forma mais ou menos intensa, e que contribuem para o constructo da psicopatia (Andershed, 2010; Cooke & Michie, 2001; Hare, 2003)

A Psicopatia sendo uma das perturbações do foro mental mais estudada e apresentando impactos bastante negativos no seio da sociedade, é da que mais se associa aos comportamentos criminais. (Gonçalves e Soeiro,2010)

De acordo com Barros e Silva (2006) apesar de muitos jovens adotarem determinados comportamentos delinquentes como forma de resposta ao meio ambiente no qual estão inseridos, alguns apresentam condutas mais severas que podem identificar a presença de alguma patologia. Estas condutas apesar de serem mais visíveis numa fase mais precoce, como é o caso da infância e adolescência, podem permanecer até à etapa adulta.

Pardini, Lochman e Frick (2003) procuraram clarificar a natureza das dimensões de traços calosos/não-emocionais e de impulsividade/perturbação de comportamento, analisando também a sua relação com problemas sociocognitivos em adolescentes institucionalizados. Estes autores comprovaram que as raparigas apresentavam índices mais altos em impulsividade/perturbação de comportamento mas não em traços calosos/não-emocionais. Os resultados demonstraram que os traços calosos/não-emocionais estavam relacionados com um melhor estar emocional e com um padrão específico de processamento de informação social.

Numa revisão mais recente da literatura referente a estudos comparativos da prevalência de traços psicopáticos em jovens, foi possível apurar que existem evidências

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

mistas. De acordo com Verona et al (2010) as diferenças de género relativos aos fatores de psicopatia, diminuem em menores em centro educativo, verificando-se a presença do síndrome da psicopatia maioritariamente em raparigas institucionalizadas do que em rapazes.

Hare, como referido anteriormente, foi o responsável pela elaboração de uma escala denominada como Hare's Psychopathy Checklist Revised-PCL-R, que permitisse a deteção de determinados traços psicopatas em indivíduos. Esta escala, serviu como base a uma escala para jovens, que possibilitasse avaliar a presença de traços de psicopatia em adolescentes, nomeadamente entre os 13 e os 18 anos. Consiste numa escala composta por vinte itens, dos quais dezassete são para avaliar características inerentes à psicopatia, e outros três que se baseiam exclusivamente no comportamento criminal. (Cooke, Forth e Hare,1998;Hare,1991,2003)

Morana (2003) defende a importância de aplicação de qualquer uma destas escalas em indivíduos psicopatas, sobretudo para facilitar a avaliação da capacidade preditiva na reincidência criminal.

Segundo o Manual para Diagnóstico e Estatística para Transtornos Mentais (DSM,APA,2004) - classificação das perturbações mentais feitas pela Associação Americana de Psiquiatria- as características principais verificadas num transtorno de personalidade são a mentira e a manipulação. Contudo, o diagnóstico só poderá ser feito a jovens com idade igual ou superior a 18 anos e que tenham um historial de condutas antissociais antes dos 15 anos de idade.

O estudo da Psicopatia em menores institucionalizados, como é um tema pouco consensual e aprofundado, carece de mais investigação, nomeadamente em Portugal, uma vez que poderá caracterizar-se como um fator preditor para a reincidência criminal.

PARTE II: ESTUDO EMPÍRICO

Estudo Empírico

O presente estudo empírico será um plano de investigação elaborado com o objetivo de obter o grau de licenciatura, e por isso não terá resultados definidos. Devido à escassez de estudos referentes à probabilidade de reincidência em jovens institucionalizados em centros educativos, considera-se pertinente propor uma investigação neste âmbito.

O período de estágio curricular desenvolvido na Associação de Solidariedade Social da Madalena foi um dos fatores impulsionadores na escolha deste tema e posterior planeamento da investigação supra referida, uma vez que permitiu um contato direto e efetivo com jovens desviantes. Alguns desses jovens foram anteriormente sujeitos a aplicação do sistema penal juvenil (Lei Tutelar educativa), nomeadamente à execução de trabalho comunitário, podendo, deste modo, considerarem-se reincidentes.

Tendo sido descrito nos capítulos anteriores o enquadramento teórico que define o campo de análise a ser estudado, importa agora apresentar e justificar as nossas opções metodológicas de forma a responder aos objetivos propostos. Deste modo, será apresentada a explicitação dos objetivos e resultados esperados, para além da caracterização da amostra, a descrição dos instrumentos, a descrição das tarefas a desenvolver.

I. Objetivos

O objetivo geral deste estudo consiste em avaliar a psicopatia como fator de risco na reincidência de jovens institucionalizados com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos em dois centros educativos do Distrito do Porto. Adicionalmente, pretende-se avaliar os fatores protetores e de risco da maior ou menor probabilidade de reincidência. Outro dos objetivos prende-se com a necessidade de compreender se os jovens institucionalizados apresentam algum tipo de disfunção cognitiva, mais propriamente características intrínsecas à psicopatia. Por último, e recorrendo às variáveis sociodemográficas é nosso propósito verificar se são os rapazes ou as raparigas mais vulneráveis à reincidência, bem como a faixa etária em que este fenómeno é mais visível.

II. Método

O presente plano de investigação seria composto por uma fase de recolha de dados e posterior análise quantitativa e qualitativa. A opção pelo método quantitativo prendeu-se com a necessidade de analisar e comparar as variáveis sociodemográficas com os resultados obtidos na escala de Hare aplicada aos jovens da nossa amostra. Não obstante, considerou-se importante aplicar uma escala de desejabilidade social uma vez que os traços de personalidade e comportamentos dos indivíduos com características psicopáticas tendem a ser socialmente indesejáveis, e as respostas podem ser dadas de acordo com aquilo que é considerado socialmente aceite.

Por outro lado, considerou-se que o método qualitativo complementaria os dados na primeira opção metodológica, em virtude de se pretender recorrer a entrevistas semiestruturadas, a realizar aos jovens, as quais seriam sujeitas a uma análise de conteúdo.

III. Amostra

A amostra é constituída por 42 jovens institucionalizados em regime fechado e semiaberto pertencentes a centros educativos no Distrito do Porto, mais especificamente das cidades do Porto e Vila do Conde com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, de ambos os sexos. O número referente à amostra provém de dados estatísticos da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), baseando-me nos menores institucionalizados em regime semiaberto e fechado em 2012 nos centros educativos supra referidos.

Todos os jovens serão avaliados em contexto institucional, após as devidas autorizações (institucionais e dos respetivos familiares responsáveis pelo menor).

Segundo dados da direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2012), existe um número menor de jovens entre os 13 e 14 anos. As estatísticas demonstram também, uma maior proporção de jovens do sexo masculino.

IV. Instrumentos e a sua aplicação

Entrevista

A entrevista semiestruturada constitui um documento pessoal, auto revelador estimulando os jovens a expressar os seus sentimentos e pensamentos de forma livre e informal (Serrano, 1998).

A entrevista que será utilizada foi adaptada de Quintãns (2009) e recorre a questões que descrevam o percurso de vida do jovem dentro e fora da instituição, tais como: *“Qual a perceção que os jovens institucionalizados têm dessa experiência?”*, *“Como vivenciam retrospectivamente o período passado na instituição?”*, *“Quais as vivências marcantes?”*, *“De que modo a institucionalização constitui um apoio efetivo e uma alternativa ou uma repetição de vulnerabilidades no decurso do seu percurso de vida?”*.

De uma forma geral, a entrevista individual contempla os seguintes domínios: período pré-institucionalização; período de institucionalização, eventual saída da instituição, espaço físico, aos horários e às rotinas, etc.

Através deste instrumento será possível avaliar as características individuais de cada jovem assim como o contexto em que estão inseridos, podendo desta forma, ter a perceção de quais os fatores de risco a que estão expostos dentro e fora dos centros educativos, assim como os fatores protetores de que estes carecem.

Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens

O Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens (Hare Psychopathy Checklist: Youth Version; PCL:YV) (Forth, Kosson, & Hare, 2003) foi desenvolvido para avaliar a presença de traços de Psicopatia em adolescentes, entre os 13 e os 18 anos, tendo sido adaptado do Inventário de Psicopatia de Hare (PCL – R) (Hare, 2003), uma das medidas de psicopatia para adultos mais amplamente utilizada. Consiste numa escala constituída por 17 itens que avaliam aspetos característicos da Psicopatia e mais três itens específicos para avaliar o comportamento criminal, totalizando 20 itens, os quais são apresentados na Tabela 1.

A sua pontuação é traduzida através de uma de entrevista semiestruturada e informações colaterais que procuram avaliar características interpessoais, afetivas e comportamentais relacionadas com o constructo da psicopatia (Cooke, Forth, & Hare, 1998; Hare, 1991, 2003). Esta informação colateral inclui informação demográfica, história de emprego, relações, resultados de testes psicológicos e psiquiátricos, consumo de substâncias, registos criminais e respetivas datas, bem como outras informações adicionais. Deste modo, a pontuação da escala é obtida através da avaliação do administrador, utilizando várias fontes de informações e não apenas o autorrelato do jovem avaliado, sendo os itens pontuados numa graduação que varia de “não se aplica” a “aplica-se bem”, variando entre 0 e 2 pontos. A pontuação total varia entre 0 e 40 pontos, sendo de referir que uma pontuação de 30 pontos ou mais é utilizada para classificar os indivíduos como psicopatas.

A utilização desta escala torna-se um instrumento fulcral para a investigação presente neste projeto uma vez que para além de permitir a avaliação de traços de psicopatia em adolescentes, é a escala mais fidedigna para a avaliação da capacidade preditiva na reincidência criminal. (Morana,2003)

Tabela 1 – Checklist - Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens

Item	Descrição
Item 1	Gestão das impressões
Item 2	Sentido grandioso do valor de si próprio
Item 3	Procura de estimulação
Item 4	Mentira patológica
Item 5	Manipulação para benefício pessoal
Item 6	Ausência de remorsos
Item 7	Superficialidade afetiva
Item 8	Frieza/ ausência de empatia
Item 9	Orientação parasítica
Item 10	Fraco controlo da raiva
Item 11	Comportamento sexual impessoal
Item 12	Problemas precoces de comportamento
Item 13	Falta de objetivos
Item 14	Impulsividade
Item 15	Irresponsabilidade
Item 16	Não aceita responsabilidades pelas suas ações
Item 17	Relações interpessoais instáveis
Item 18	Comportamentos delinquentes graves
Item 19	Violações graves da liberdade condicional
Item 20	Versatilidade criminal

Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne versão curta (MCSDS-SF; Ballard, 1992)

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* – MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; Johnston, Wright & Weinman, 1995) foi originalmente concebida para avaliar a tendência que certas pessoas têm em apresentar as suas qualidades de forma inflacionada ou exagerada, minimizando simultaneamente as suas fraquezas. Ballard (1992), tomando os 33 itens dicotômicos da escala original de Marlowe- Crowne e uma amostra de 399 estudantes universitários, construiu várias versões curtas, sendo que a mais difundida em termos de utilização, constituída por 13 itens, ficou conhecida como subescala compósita (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form* – MCSDS-SF; Ballard, 1992). A pontuação total desta versão curta é obtida somando os resultados dos itens dicotômicos (e.g., Falso = 1; Verdadeiro = 2), sendo que previamente se devem reverter os itens indicados (nomeadamente os itens 1, 2, 3, 5, 6, 8, 11 e 12 da escala curta).

A utilização desta escala é aplicada como suporte ao Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens (Hare Psychopathy Checklist: Youth Version; PCL:YV) e permite atenuar a distorção de respostas comumente dadas pelos jovens, permitindo que estes respondam de acordo com os seus gostos e opiniões próprias e não se focaram somente naquilo que é considerado mais aceitável aos olhos da sociedade.

V. Procedimento

Neste tópico pretende-se descrever os procedimentos que serão necessários tendo em conta os objetivos previamente estabelecidos.

Algumas preocupações de cariz mais ético estariam presentes durante os procedimentos de seleção e de avaliação dos jovens constituintes da amostra. Numa primeira fase seria endereçado o pedido de autorização por escrito aos Diretores das Instituições (Anexo 1). Uma vez obtida aprovação por parte das instituições seria enviado

um pedido de autorização por escrito, ao familiar responsável (Anexo 2) pelos jovens selecionados para a nossa amostra.

Numa segunda fase da investigação recorrer-se-ia à análise dos conteúdos dos processos individuais dos jovens, permitindo aceder ao perfil biográfico dos jovens do ponto de vista da instituição. Esta fase seria importante pelo facto de permitir cruzar as informações, com as obtidas seguidamente na entrevista. Posteriormente agendar-se-ia com cada jovem uma data para a aplicação dos instrumentos, após o seu consentimento, sendo que o primeiro contacto com o jovem incluiria a explicação do propósito da investigação e as fases da mesma. Ainda neste encontro realizar-se-ia a entrevista (adaptada Quintãns, 2009) (Anexo 3) com o objetivo de conhecer um pouco mais a nossa amostra. As entrevistas seriam gravadas em áudio (se houvesse consentimento por parte do entrevistado), prevendo-se uma duração média de 90 minutos, para posteriormente serem transcritas e analisadas em termos de conteúdo.

Num segundo e último encontro com os jovens aplicar-se-ia o Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens e a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne versão curta.

A fase seguinte incluiria o tratamento e análise dos dados com recurso ao Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0 no caso dos questionários, utilizando-se testes paramétricos tais como a diferença de médias, a análise de correlações quando se pretender analisar a relação entre variáveis à análise descritiva. No caso das entrevistas recorrer-se-á ao programa NVivo para analisar qualitativamente as entrevistas. Depois de analisados os dados será feita a discussão dos resultados à luz da revisão bibliográfica realizada.

VI. Resultados esperados

Tendo em conta os objetivos propostos e a revisão da literatura efetuada, passaremos à descrição dos resultados esperados. Com esta investigação espera-se concluir que os jovens institucionalizados com características psicopatas tenham uma maior probabilidade de reincidência no período pós institucionalização. Também se espera que os jovens manifestem várias expectativas relativamente ao futuro,

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

nomeadamente terem um emprego, formarem um lar, voltarem à escola. No entanto, é expectável que existam receios face à reincidência nos comportamentos desviantes, sendo de esperar que os jovens mais velhos e com um maior historial de comportamentos antissociais apresentem taxas de reincidência mais altas do que os mais novos. Espera-se também que os jovens do sexo masculino possuam mais probabilidade de reincidência do que as do sexo feminino.

Não obstante, espera-se que os jovens que estão expostos a fatores familiares, sociais e cognitivos favoráveis apresentem uma propensão menor para a reincidência criminal.

Por último, espera-se que os fatores de risco da reincidência estejam relacionados com determinados aspetos da personalidade do jovem tais como, falta de autocontrolo, impulsividade, superficialidade afetiva, presença de características psicopáticas, entre outros. Os fatores protetores da reincidência deverão ser o apoio familiar, boa adaptação à instituição, ausência de outras patologias.

Para alcançar os resultados supra citados é de todo fulcral perceber se os jovens que irão servir de amostra apresentam características psicopatas que poderão ser apuradas através da escala de Hare utilizada neste presente projeto, e a partir daí perceber quais os jovens que apresentam uma maior propensão para a reincidência criminal. Através da entrevista será possível perceber quais as características, os fatores e as expectativas dos mesmos relativamente ao futuro.

Conclusão

Na última fase deste projeto de graduação é de importância referir as mais-valias desta investigação assim como as falhas que poderão surgir com a implementação da mesma. Uma vez que é proposto um plano de intervenção e não uma investigação já realizada, a análise dos resultados e consequente articulação á luz da teoria não poderá ser apresentada neste trabalho, mas sim após a implementação do referido estudo.

Tal como foi possível concluir através da revisão bibliográfica, a delinquência juvenil é, cada vez mais, um fenómeno de preocupação no seio da sociedade, constituindo, um fato preditivo para comportamentos criminais na fase adulta. Deste modo, existem fatores individuais, familiares e sociais que poderão contribuir para um envolvimento por parte do jovem na delinquência de forma permanente, mesmo após o período de institucionalização em centro educativo. Após uma compreensão mais aprofundada sobre este tema, pretende-se concluir que os jovens institucionalizados que apresentem características psicopáticas, têm uma maior probabilidade de reincidência no futuro. Efetivamente, com uma perceção mais concisa e detalhada sobre este fenómeno, será possível uma intervenção mais eficaz ao nível da redução do mesmo.

O planeamento desta investigação, tal como qualquer outra, possui falhas que poderão pôr em causa os resultados finais. Primeiramente, uma das falhas poderá advir do enviesamento das respostas aquando o preenchimento dos questionários, sendo que os jovens poderão responder de forma aleatória e não de acordo com a realidade.

Uma das outras falhas prende-se com o fato de haver um limitado número de investigações neste âmbito, e por esse motivo há uma escassez de estatísticas oficiais sobre o fenómeno de reincidência.

Por último, outras das falhas que se poderá verificar é o planeamento estritamente teórico de uma investigação científica. Apesar de todos os esforços e

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

atenção minuciosa depositada ao longo do trabalho, será extremamente complicado elaborar uma investigação de forma infalível, durante um curto período de tempo.

Com o desenvolvimento deste projeto, foi indiscutível a utilidade que teve para o aprofundamento de conhecimentos acerca deste tema e para a formação básica do criminólogo. Através da elaboração deste projeto, foi possível perceber quais as diferentes fases e quais as dificuldades na criação de uma investigação desta magnitude.

Deste modo, e devido à escassez de investigações inerentes à relação da psicopatia e reincidência em jovens, torna-se fulcral a elaboração de mais estratégias de prevenção e de reinserção, de forma a diminuir significativamente a reincidência de comportamentos delinquentes em menores institucionalizados.

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Bibliografia:

Akers & Sellers. (2009). *Criminological Theories. Introduction, Evaluation, and Application*. New York.

Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports*.

Barbosa e Silva, Júlio.(2013).*Lei Tutelar Educativa Comentada*.Edições Almedina

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa, Climepsi Editores

Cooke, D. J., Forth, A. E., & Hare, R. D. (Eds). (1998). *Psychopathy: Theory, research and implications for society*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic.

Corrêa Junior, Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

Crowne, D., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24, 349-354.

Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Alfragide, Casa das Letras

Da Fonseca, A.Fernandes.(1997). *Psiquiatria e Psicopatologia*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Estatísticas Criminais Oficiais (2000). Lisboa, Ministério da Justiça

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Ferreira,P.(1997).*Delinquência juvenil,família e escola*,vol.XXXII

Forth, A. E., Kosson, D. S., & Hare, R. D. (2003). *Hare Psychopathy Checklist: Youth version manual*. Toronto, Canada: Multi-Health Systems.

García-Pablos de Molina, Antonio. Momento atual da reflexão criminológica. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, 1992.

Hare, R. D. (1991). *Manual for the Hare Psychopathy Checklist*. Toronto, Canada: Multi-Health Systems.

Hare, R. D. (2003). *Manual for the Hare Psychopathy Checklist revised (2nd ed.)*. Toronto, Canada: Multi Health Systems.

Hassemer, Winfried. *Introdução aos fundamentos do Direito Penal*. Tradução de Pablo Rodrigo Aflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

Hess, K. (2010). *Juvenile Justice*. USA, Cengage Learning

Johnston, M., Wright, S. & Weinman, J. (1995). *Measures in health psychology: Auser's portfolio*. Windsor, UK: NFER-NELSON Publishing Company Ltd.

Kazdin, A.; Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social. Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Amadora, McGraw-Hill

Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Mahwah, NN: Erlbaum

Matos, António Coimbra de - *Adolescência : o triunfo do pensamento e a descoberta do amor*. Lisboa : Climepsi, 2002.

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

Moffitt, T. (1993). *Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy*. Psychological Review.

Morana HCP. Manual Escala Hare PCL-R: Critérios para pontuação de Psicopatia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa, Editorial Notícias.

Pinto, A.C. (2003). Memórias a curto prazo e memória operatória: Provas e correlações com outras tarefas cognitivas. *Psicologia, Educação e Cultura*

Pires, Carlos M.L. (2003). *Manual de Psicopatologia, uma abordagem biopsicossocial*. Leiria: Diferença

Quintãs, C. (2009). Era uma vez a *Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho (*Tese de Mestrado, não publicada*).

ANEXOS

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

ANEXO 1 (PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES)

Consentimento informado

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente do Centro Educativo do Porto

Porto, Julho de 2013

Assunto: Pedido de autorização para a administração de questionários no Centro Educativo do Porto, para fins de trabalho académico (Projeto de Graduação de Licenciatura).

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente

A aluna da Universidade Fernando Pessoa, Ana Catarina Camelo, vem por este meio pedir autorização para administrar questionários aos jovens institucionalizados de idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Esta atividade tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise e é referente ao projeto de graduação intitulado como “Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados”, tendo em vista o término da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa.

Assim, solicita-se a vossa autorização para a administração dos questionários.

Junto com este pedido de autorização são enviados em anexo os respetivos questionários.

Grata pela atenção dispensada

A orientada:

(Ana Catarina Camelo)

A docente orientadora:

(Dra. Ana Sacau)

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

ANEXO 1 (PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES)

Consentimento informado

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente do Centro Educativo de Vila do Conde

Porto, Julho de 2013

Assunto: Pedido de autorização para a administração de questionários no Centro Educativo de Vila do Conde, para fins de trabalho académico (Projeto de Graduação de Licenciatura).

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente

A aluna da Universidade Fernando Pessoa, Ana Catarina Camelo, vem por este meio pedir autorização para administrar questionários aos jovens institucionalizados de idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Esta atividade tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise e é referente ao projeto de graduação intitulado como “Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados”, tendo em vista o término da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa.

Assim, solicita-se a vossa autorização para a administração dos questionários.

Junto com este pedido de autorização são enviados em anexo os respetivos questionários.

Grata pela atenção dispensada

A orientada:

(Ana Catarina Camelo)

A docente orientadora:

(Dra. Ana Sacau)

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

ANEXO 2 (PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO FAMILIAR RESPONSÁVEL)

Consentimento informado

A Universidade Fernando Pessoa, no âmbito do projeto de Licenciatura em Criminologia, irá realizar uma atividade que tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise, e é referente ao projeto de graduação intitulado como “Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados”.

Esta recolha será feita junto dos jovens institucionalizados com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Como tal, vimos por este meio solicitar a V.Ex^a que autorize o jovem a participar.

Mais se informa que os dados recolhidos são rigorosamente anónimos e confidenciais.

Eu, _____, autorizo o menor de seu nome _____, a participar no estudo a realizar pela aluna Ana Catarina Camelo da Universidade Fernando Pessoa.

(Assinatura)

Data: __/__/__

ANEXO 3 (ENTREVISTA DE QUINTAS)

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

Nome:

Idade (data de nascimento):

Estado civil:

Naturalidade:

Residência:

Agregado familiar:

Nível de escolaridade:

Profissão:

2. MOMENTOS DE VIDA MARCANTES

- Construção da linha da vida

[nasc.] _____ [momento atual]

(momentos de destaque na linha da vida: momentos positivos e negativos)

3. PERÍODO PRÉ-INSTAUCIONALIZAÇÃO

- Com quem vivia? Qual era a ocupação dos membros do agregado?

- Como era a sua relação com os seus familiares?

- Que recordações tem desse período da sua vida?

- O que aconteceu antes de ir para a instituição?

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

- Como era a zona onde vivia? Com quem costumava estar? O que costumavam fazer?

- Quais eram as suas ocupações (escola, trabalho)?

4. PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

PRIMEIRO MOMENTO DO ACOLHIMENTO

- Lembra-se do 1º momento em que chegou à instituição? O que sentiu? O que recorda desse momento?

MOTIVO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Sabe porque foi para a instituição? Explicaram-lhe o motivo?

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DA INSTITUIÇÃO:

O que se lembra dessa instituição (ou instituições)? Fale um bocadinho sobre ela/ cada uma delas:

ESPAÇO FÍSICO

- Para quem não conhece a instituição, consegue descrever o mais detalhadamente possível a instituição por dentro (como se lá estivesse: quarto, sala, cozinha, casa de banho, jardim, etc.)?

- Quantas pessoas viviam na instituição? E por quarto?

- Estavam divididos por grupos?

RELAÇÕES COM A FAMÍLIA DE ORIGEM

- Visita a Família? Quando?

- E a Família, visita-o?

- Pode escrever cartas/telefonar?

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

- Tem irmãos? Onde vivem? Estão numa instituição? Tem contactos com eles?

PERCURSO ESCOLAR E PROFISSIONAL

- Andou na escola dentro ou fora da instituição?
- Estudou até que ano?
- O que acha da escola?
- Como era a sua relação com os professores/colegas?
- Como era o seu comportamento/desempenho académico?
- Frequentou algum curso de Formação profissional? Qual? O que achava do curso?

5. SAÍDA DA INSTITUIÇÃO

- Alguma vez saiu da instituição? Porque saiu?
- O que sentiu nessa altura?
- Teve alguém que o tivesse apoiado nesta fase?

PSICOPATOLOGIA/PROBLEMAS COM A JUSTIÇA

- Já alguma vez esteve envolvido em atos/episódios violentos (dentro da instituição e/ou fora da instituição)?

- Já teve problemas com a Justiça? Quando? Porquê?

- Já foi medicado? Acompanhado em terapia? Já consumiu drogas?

Consegue identificar um tema/mensagem que integre toda a sua vida?

- O que aprendeu na instituição?

Psicopatia como fator de risco de reincidência em menores institucionalizados

- Qual acha que foi o impacto da vivência na instituição? De que maneira isso influencia a sua vida?
- Qual o melhor e o pior momento que recorda da (s) instituição/instituições onde está?
- Consegue enumerar 3 coisas boas e 3 coisas más da instituição onde está?
- Se fosse diretor da instituição onde está, o que propunha para os jovens que estão na mesma situação?